

RESISTÊNCIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA: TRAJETÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO ANTÔNIA FLOR[[1]](#footnote-1)

Patrícia Costa de Araújo[[2]](#footnote-2)

GT1 - Transformações nos modos de vida, violência e formas de resistência no meio rural brasileiro

RESUMO

O artigo aborda a atuação de mulheres camponesas na conquista da terra no Piauí à luz da história de resistência da trabalhadora rural Antônia Flor e de mulheres camponesas na conquista do assentamento que tem seu nome, no município de Piripiri. Apresenta os aspectos históricos de vida de Antônia Flor e como se deu a construção política do assentamento. O trabalho foi desenvolvido com o olhar de gênero para a questão agrária, desde anos que antecedem ao golpe civil-militar em 1964 até a redemocratização na década de 80. O trabalho identificou o protagonismo de Antônia Flor como resistência capaz de semear a luta pelo direito à terra. A trabalhadora rural sindicalizada foi assassinada em meio aos conflitos pela terra, em 1984. Sua trajetória é uma referência importante para o processo de luta e conscientização de mulheres no Piauí na luta pelos seus direitos e por reforma agrária.

Palavras-chave: Luta pela terra, Trabalhadoras rurais, Conflitos agrários, Antônia Flor Piauí.

INTRODUÇÃO

O Piauí, estado situado no Nordeste do Brasil, faz parte das regiões marcadas por conflitos agrários. Terra forjada em histórias que evidenciam, a partir de memórias desenterradas, a violência contra o campesinato em consequência da concentração de terras e da desigualdade social. Assim como apontou Guimarães (1963) e Delgado (1985), que o monopólio da terra gera a exclusão de grupos sociais e regiões. Estrutura de um rural brasileiro, que na década de 1960, segundo Medeiros (1989, p. 56), se abriu no Brasil uma crise econômica, política e social de grande envergadura, em que as lutas no campo tiveram um papel significativo, na medida em que aqueceram a bandeira das reformas e transformaram a reforma agrária numa candente questão nacional.

Movimento que chegou no Congresso Nacional com a CPI das Ligas em 1961[[3]](#footnote-3), que denunciou a miséria e a pobreza, principalmente no Nordeste, região onde se concentravam as tensões de perseguição e violência das tropas da ditadura. O Piauí estava inserido nesta luta, quando trabalhadores criaram sedes das Ligas Camponesas no estado, como mostrou Sousa (2016) ao referir-se ao campesinato piauiense na construção do debate nacional da urgência pela reforma agrária e pela reivindicação de direitos no meio rural.[[4]](#footnote-4) As experiências mais abrangentes de organização com a palavra de ordem reforma agrária, tinham à frente as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e sindicatos ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Com o olhar de gênero para as questões agrárias e as lutas camponesas no Piauí, o artigo registrou a luta das mulheres camponesas pela formação do assentamento Antônia Flor, a partir das suas memórias, que são tomadas como elemento para também registrar aspectos históricos de vida de Antônia Flor (Antônia Maria da Conceição). Trabalhadora rural que chegou no território quando ainda se chamava Gleba Gameleira, em 1935, onde viveu como posseira por quase 50 anos, sendo assassinada durante os conflitos por terra. História que acontece após o golpe antidemocrático de 31 de março de 1964, que segundo Dreifuss (1981, p. 397), “não foi um mero golpe militar, foi um movimento civil-militar,[[5]](#footnote-5) apoiado por uma elite orgânica, mobilizada pelos grupos de articulação de diversos atores e facções, diferenciando o movimento de classe que levou à intervenção de 1º de abril”.

O trabalho se conecta também ao período da redemocratização, na década de 1980, com o debate sobre gênero no meio rural, que de acordo com Butto e Hora (2008), Paulilo (2016), Pimenta (2006) e Schwendler (2009), foi um momento de reação das mulheres camponesas na luta pelo reconhecimento e pela valorização profissional enquanto trabalhadoras rurais e contra a desigualdade de gênero.

Realizou-se pesquisas bibliográficas e documentais, a pesquisa de campo, que ocorreu no Assentamento Antônia Flor, situado no município de Piripiri (PI), em janeiro de 2022. O artigo apresenta a narrativa de três mulheres camponesas do assentamento Antônia Flor. Suas memórias, individual e coletiva, foram registradas, partindo do que afirmou Michael Pollak (1992, p. 204) “o problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral”.

Área de estudo: Gameleira até Assentamento Antônia Flor

O assentamento Antônia Flor foi criado[[6]](#footnote-6) em 1º de dezembro de 2005. O documento de registro de imóveis do Cartório do 1º Ofício Jônatas Melo,[[7]](#footnote-7) em Piripiri, consta que a primeira matrícula de registro do imóvel é datada de 9 de outubro de 1978, quando o território ainda se chamava Gleba Gameleira. A área territorial foi adquirida por compra e venda após 43 anos em que Antônia Flor já estava residindo e já tinha cerca de 88 anos, criado seus filhos, e o seu marido, Antônio Flor, já era falecido.[[8]](#footnote-8) O primeiro proprietário a título de compra e venda da gleba Gameleira foi Francisco das Chagas Cruz, depois Francisco das Chagas Cruz Filho. Em seguida, as terras foram vendidas para a Agrocampo Ltda., cujo sócio foi identificado como Gilvan Ribeiro Calado. A firma que comprou a terra tinha estabelecimento na cidade de Recife (PE). No documento consta que a escritura pública de compra e venda foi lavrada em 19 de janeiro de 1989, no valor de 2.850,00 cruzeiros (Cr$).

A venda da terra para a Agrocampo ocorreu cinco anos depois do assassinato de Antônia Flor, e, somente depois de 15 anos, a terra teria sido objeto de penhora, em 16 de outubro de 1999, quando se iniciou o trâmite que reconheceria o local como assentamento, em 2005. Isso significa que, somente 21 anos depois do assassinato de Antônia Flor, a área é conquistada pelos posseiros e torna-se assentamento. Essa ação de execução forçada com pedido liminar contra a Agrocampo foi movida por Raimundo Nonato Martins da Silva, um dos posseiros que passou a ser beneficiário do assentamento após a regularização da terra.

Assentamento Antônia Flor: lutas e resistências

As trabalhadoras rurais do Assentamento Antônia Flor que relembraram o caso que marcou a vida de toda uma comunidade e que deu nome ao local onde moram são: Antônia de Sousa Neta, mais conhecida como dona Nenê; Raimunda Maria da Conceição Silva, mais conhecida como dona Bulega; e Maria Alves Pereira. Elas revelam suas memórias a partir do que viveram, ouviram e compreenderam da participação no processo de construção da luta pela terra. Tornam-se, nas palavras de Diniz e Gebara (2022), “sujeitos de sua história”.

Dona Nenê, chegou na comunidade quando se casou com Enoque Ferreira Santiago, filho de Antônia Flor, com quem foi casada por 40 anos e teve cinco filhos. Seu esposo faleceu em 2019, com 71 anos. Vivenciou os conflitos por terra da região até a conquista do assentamento.

Raimunda Maria da Conceição Silva, 45 anos, é mais conhecida entre os moradores do PA como dona Bulega. É trabalhadora rural, mãe de três filhos e casada. Nasceu na região, quando o local ainda era chamado povoado Gameleira. Seu pai, que já faleceu, era trabalhador rural e também arrendatário de Francisco Ventura (Chico Ventura), o fazendeiro apontado como mandante do assassinato de Antônia Flor. Bulega era criança quando ocorreu o crime, tinha apenas cerca de sete anos. Ela também é parente do esposo de Antônia Flor, o sr. Francisco Flor, a quem chamava de tio.

A trabalhadora rural aposentada Maria Alves Pereira, 66 anos, mãe de uma filha, se mudou para o PA Antônia Flor em 1994, quando se casou com José Luís dos Santos. Dona Maria se diz atuante na comunidade.

As três assentadas da reforma agrária fazem parte da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor[[9]](#footnote-9), entidade vinvulada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri.

Entre os anos de 1978 e 1999, a gleba Gameleira, viveu sob diversos tipos de violência no campo. Foram 21 anos de represálias contra os posseiros. Nesse intervalo de tempo, três novos donos da terra foram autores de diversas formas de agressão, fazendo da gleba a “terra da confusão”, como diria Antônia de Sousa Neta, nora de Antônia Flor. A expressão pode ser compreendida como diz Diniz e Gebara (2022, p. 245), “falar”, no verbiário feminista, é uma fala sempre no plural, mesmo quando pronunciada por uma só voz. O que elas contam sobre os conflitos pela terra mostra também o que observou Schwendler (2009): parte de uma longa história de opressão da mulher trabalhadora, inserida na cultura camponesa, numa sociedade patriarcal e capitalista, que reforça a ideologia hegemônica de gênero, que oprime a mulher a partir de normas discriminatórias socialmente aceitas.

Em 1978, quando a gleba em que moravam foi vendida ao latifúndio, para Francisco Ventura, mais conhecido por Chico Ventura, começaram os conflitos por terra. Ela chegou, inclusive, a ser ré na Justiça, processo no qual um juiz da Comarca de Piripiri teria decido a favor do latifúndio, determinando o despejo, mas ela se recusou a sair da terra sem indenização. Antônia Flor, que já era mãe de 12 filhos, rezadeira da região e viúva por duas vezes, aos 85 anos, foi uma das primeiras mulheres a se sindicalizar como trabalhadora rural, em 1975, ainda no primeiro ano de criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri. Seu assassinato ocorreu no dia 1º de dezembro de 1984, aos 94 anos, com um tiro de espingarda calibre 12, dentro da sua própria casa. O crime foi planejado pelo fazendeiro Chico Ventura ao contratar um pistoleiro, que se disfarçou de caçador perdido na mata para entrar na casa da trabalhadora rural. Ela acreditou, o acolheu, dando abrigo e comida. E, justamente, quando foi lhe servir a refeição, foi surpreendida com um disparo que lhe acertou o peito. Tombou ali mesmo, “sem assistência médica”, segundo consta na Certidão de Óbito [[10]](#footnote-10)de Antônia Flor, no campo “causa da morte”. O instrumento que deveria ser fidedigno e refletir a realidade, oculta a informação do assassinato, não consta ao menos que ela foi baleada, ou seja, reafirma a impunidade e revela o conluio das instâncias públicas, como o que Carneiro e Cioccari (2010) descrevem sobre o resgate das memórias do que ocorreu no campo durante o regime militar:

Foram construídas em grande medida no anonimato, em geral ignoradas pelos documentos oficiais, sobretudo porque foi ocultada sob o cotidiano de uma histórica relação de opressão e humilhação dos representantes do latifúndio contra os lavradores, os posseiros, os trabalhadores da terra. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 19).

A opressão foi tanta, que o proprietário da terra não apenas encomendou seu assassinato perverso, ele também não permitiu que o corpo de Antônia Flor fosse enterrado dentro de Gameleira, acreditando que a apagaria, inclusive, na memória dos demais posseiros. O fato mostra que não bastava eliminá-la, tinha de apagar qualquer vestígio da sua identidade.

Os filhos decidiram melhor sepultá-la nas redondezas, em uma área que fica localizada a 2 km de onde residia e que pertencia a um parente do ex-marido da trabalhadora. Hoje, no local, há um pequeno cemitério onde também está enterrado um de seus filhos, Cosme, que faleceu em 2008. Na época, a família[[11]](#footnote-11) de Antônia Flor denunciou o crime. Mas não houve investigação. “A família foi que denunciou, mas nunca deu em nada. Não aconteceu nada”, diz dona Nenê (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). Em seguida, Bulega relata:

Aí, ficou abafado o caso e a família correu atrás, mas nunca encontraram quem tinha sido o matador né. Aí, depois de muitos anos foi que a gente soube que tinha sido o Chico Ventura que tinha mandado matar. Mas a família não pode fazer nada, né, porque ninguém tinha prova, né. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

Na época do assassinato, o *Jornal Lavrador*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 1984, que denunciou o assassinato de Antônia Flor, aponta que os suspeitos não foram indiciados em processo criminal nem mesmo interrogados pelo delegado de Piripiri, Armando Castro. A reportagem, cujo título “Posseira é assassinada”, descreveu a forma como a trabalhadora tombou: “O rifle me matou” — referindo-se à espingarda de calibre 12 (POSSEIRA, 1984). As aspas teriam sido as últimas palavras de Antônia Flor, quando era amparada por seus filhos. O assassinato também foi denunciado na Missa de 7ª dia pelas organizações: o sindicato, a CPT, o Centro Piauiense de Ação Cultura (Cepac) e a paróquia de Piripiri.

Pode-se dizer sobre o crime contra Antônia Flor que as relações estruturais do patriarcado forneceram alicerces ao assassinato considerando que, se, de um lado, o marco legal e institucional das formas de acesso à terra pouco amparou o campesinato brasileiro, de outro, foi a forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres com a consolidação de uma sociedade patriarcal (BUTTO; HORA, 2008).

Dona Nenê ressalta: “Foi o Chico Ventura. Foi ele que mandou fazer isso com ela. Por que o que ele não podia fazer, ele mandava fazer. Era mata muié, era matar. Fosse o que passasse na frente dele. Ele era um mau elemento” (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O mau elemento significa o fazendeiro violento, como ela mesmo explica:

Ele jogava mais o cacete pra cima dela, porque ela que era a mãe, a chefe da família, acreditando que ao matá-la os outros “avuava”, dona Nenê refere-se a desestabilização da família e a eliminação do que ele considerou como raiz da resistência, “num ficava ninguém, era isso que ele queria. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Antônia Flor não recuava diante de ameaças e intimidações dirigidas a ela proferidas pelo fazendeiro, que queria expulsá-la do território. Sendo assim, seu assassinato é planejado, uma criminalidade que reina ligada às crises econômicas e políticas, de ordem, como diz Perrot (2017), violência que muitas vezes toma livre curso, para o escândalo daqueles que, em nome da respeitabilidade, renegam às mulheres o direito à raiva, aos gritos, à briga.

Nas especificidades sobre a cena do crime, observa-se que Antônia Flor foi assassinada justamente enquanto realizava um trabalho doméstico de cozinhar. O que se pretende não é naturalizar essa atividade como própria do sexo feminino, contribuindo, como alude Pimenta (2006, p. 167), com uma situação de desigualdade e sobrecarga de trabalho para elas. Pelo contrário, segue em consonância com a reflexão de Joan Scott (1995, p. 15) sobre as maneiras como as sociedades representam o gênero, de que não se pode fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados: “utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido”.

É o que se fez ao interpretar as palvras de Dona Maria: “Ela lutou mermo, lutou que morreu. E ainda ouvi dizer que ela ainda deu de comê pro cabra que matou ela. É muita covardia. Por que a pessoa encher a barriga dum criente pra matar a gente” (MARIA ALVES PEREIRA, 2022). Isso representa que o ato de Antônia Flor foi o de acolher, como reafirma a outra assentada.

Neste momento que ela tava fazendo os beju, ai o tio Francisco disse que entrou lá pra dentro, pra pegar uma rede pra armar pro cara, aí disse que quando ela foi trepando, tinha assim uma cordinha, a gente botava o bejuzinho dobrado na corda pra esfriar né, ai disse quando ela arribo a mão pra botar o beju, disse que ele meteu um tiro. E daí por diante foi só de cramô. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

As mulheres assentadas nos dão acesso as memórias caladas pela repressão, e as narrativas seguem conforme Paulilo (2016), não como um conjunto coerente e orientado de relatos lineares de acontecimentos que se sucedem, mas sim como um relato que constrói e reelabora percursos.

Após Antônia Flor ser assassinada, cerca de um ano depois, Chico Ventura, o mandante do crime morreu envenenado. Para elas, a morte foi uma espécie de justiça divina em reciprocidade ao que ele fez:

Mas Deus é justo, que quando foi pra o que mandou matar ela, quando foi pra ele morrer, ele mesmo se matou. Bebeu um copo de veneno e morreu. E o que veio pra correr mais o pistoleiro também morreu, adoeceu e disse que morreu lá todo preto. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Com fé em Jesus Cristo não a de haver mais conflito sobre a terra né. Por que o dono nós tem certeza que este já morreu, tá debaixo do chão né, num vem mais briga por ela. (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022).

As terras que pertenciam ao Chico Ventura ficaram sob responsabilidade da família dele. Bulega diz: “Depois que ele morreu os fios num ligaram mais pra cá, porque eles num tinham mesmo quase serventia, né, e quem brigava era o véi, né, aí por causa dele ter morrido, aí também os fio abandonaram” (RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA, 2022). O tempo é marcado por mudanças nas relações. Para elas, o conflito partia do “mau elemento”, além dos filhos não terem interesse em manter a relação do capital com a terra.

Segundo dona Nenê, ao descrever o campo, a área de plantio era extensa e o latifúndio usava agrotóxico nas lavouras, prática geralmente usada em monoculturas. Ele teria, inclusive, se endividado com a compra dos produtos químicos, motivo pelo qual, mais tarde, foi vendida a da terra em pagamento da dívida: “Os filhos dele ficaram cuidando da terra até quando um homi que morava no Recife, que ele era vendedor de veneno, aí ele devia a ele uma carrada de veneno. Ele veio, chegou aí, procurou a família, de cara ele foi atrás da família, achou, o Zé, fio dele” (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

“Bichão muito rico”, comenta dona Nenê, dizendo que o homem era um empresário do ramo agropecuário (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). Os conflitos marcariam a terra novamente como o “terreno da confusão”, que era a área ocupada pelos posseiros que retornariam a viver sob o domínio de um novo latifúndio.

Ela sacode as mãos carregadas da aflição vivida naqueles tempos: “Aí serve de que, que ele resolveram tudo né e passou toda a papelada pra ele. Ai saí do fogo, caiu nas brasa” (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022). A expressão marca como seria a relação nos próximos anos com o novo dono da terra. A brasa a que ela se refere era o sinal de repressão que poderia sufocar a capacidade de luta do povo, que já carregava o trauma mergulhado em sangue.

Gilvan Ribeiro Calado, sócio da Agrocampo ameaçou as famílias, derrubou casas, matou animais, destruiu roçados das famílias por quase 10 anos.

Chegou aqui como galo, fazendo tudo quanto era ruim. Esse bicho deu tanto prejuízo pro pessoal aí. Ele matava os bicho nas mãos do dono. Os daqui, que morava aí pra cuida das coisas ele num quis, aí ele mandou uma peste de lá. E essa daí num era cristão não, era muito pior de que ele. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

Outra observação importante na fala de Nenê é que o novo dono da terra também optou por botar alguém da sua cidade para realizar seus mandos. Ela rememora que esse homem e Gilvan seriam igual ou pior que o Chico Ventura, que mandou matar Antônia Flor.

Ai eles chegaram e bagunçaram fizeram e aconteceram, derrubaram casa, tiraram as coisa e jogavam aculá debaixo dos pau. Eu passei três dias com três noite debaixo dos pau com uma criança de dois anos e com uma de seis meses. Fiquemo aqui até um corre pra Santa Rosa, mora lá. Mas nóis continuemo. Nós nunca saímo. Os homi derrubando as casa fazendo a bramura que fizeram no dia que eles vieram. E eram os soldado né, tirando as coisas de casa, quando dá derrubava as metade das parede, fazia a maiô das coisa. Aí eu oiei assim, com o meu menino no quarto, o menino que tinha seis meses, eu oiei pra eles assim e disse assim: é, num momento como esse eu me arrependo muito de num ser um homi, porque se eu fosse homi eu podia ir pro inferno, mas um de vocês ia junto. Eu disse! Na cara deles! Eles num disseram nada não. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

O aspecto curioso da narrativa é da condição que dona Nenê coloca no “ser” mulher, dando a noção de poder imbricada pelo patriarcado na cultura, inclusive, das próprias mulheres. Ela reproduz o que apontou Judith Butler (2013), por muito tempo, o termo mulher, foi “fixado”, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres.

As mulheres se mantiveram resistentes muitos anos depois e a “terra da confusão” foi abandonada pelo “dono do veneno” somente, em 23 de dezembro de 1996, quando o terreno foi penhorado em ação de execução forçada, com pedido de liminar contra a Agrocampo, segundo dados da certidão do imóvel. Foram cerca de 30 anos para as mulheres camponesas alcançarem o direito de permanecer na terra. E foi junto às entidades sindicais que elas se organizaram e conseguiram o apoio que fortaleceu a luta com esse objetivo. Tal como Cunha (2006) aponta, conseguir um pedaço de terra sempre foi difícil. Para conseguir a regularização, é outra grande batalha. Há casos de lutas por posse de terra que duram mais de 30 anos e ainda não se tem o título dela.[[12]](#footnote-12) Segundo o relato de dona Nenê:

Apareceram um pessoal aí da Federal dizendo que esse terreno nunca tinha sido pago. Mas do jeito que tava a Associação tava segurando o terreno, mas que o terreno nunca foi pago, que nunca encontraram o bicho que tinha tomado de conta, do Recife o Juvan, nunca tinham encontrado mais ele, parece que o chão abriu e ele cai pra dentro e pronto. Aí a gente diz que tá seguro, mas na merma hora a gente fica com essa daí na cabeça, imaginando que qualquer hora pode ter uma coisa pior. (ANTÔNIA DE SOUSA NETA, 2022).

A questão apresentada por dona Nenê se refere ao título da terra. As famílias apesar de já estarem com o assentamento regularizado, ainda não possuem o título da terra. A criação do projeto do assentamento Antônia Flor ocorreu somente após 21 anos do assassinato de Antônia Flor, em dezembro de 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo colaborou com os estudos sobre gênero e lutas camponesas, em especial no Piauí. Registrou aspectos sobre a exclusão histórica das mulheres ao trazer à cena a resistência de camponesas na construção e na conquista do Assentamento Antônia Flor. O estudo dá a palavra às assentadas como uma forma de reparar as injustiças sociais contra elas e torná-las *sujeitos* da sua própria história. O protagonismo de Antônia Flor foi determinante para a organização da comunidade de posseiros que construíram e conquistaram o Assentamento Antônia Flor. Ela significou resistência na gleba Gameleira capaz de semear a luta pelo direito à terra até nos dias atuais, sendo uma identidade importante para o processo de conscientização das mulheres trabalhadoras rurais sobre seus direitos.

Antônia Flor recriou uma referência de mulher ao mostrar que podia ocupar outros espaços diferentes daqueles reforçados pelo patriarcado, que se limitavam à casa e à cozinha. São por esses motivos que as lentes do estudo permitem compreender que Antônia Flor rompeu estruturas tradicionais predefinidas de um papel da mulher, em um contexto histórico marcado por muita repressão política.

Mostrou-se a mudança no protagonismo da luta pela terra, ao aprofundar a história de Antônia Flor e das mulheres camponesas. Com a pesquisa, tentou-se ressaltar o papel dessa mulher camponesa; Antônia Flor e as mulheres do assentamento saem da invisibilidade, ao dar voz as suas lutas contra o patriarcado e ao latifúndio. Compreende-se, assim, que, mais do que conhecer a história das mulheres camponesas, é preciso ressignificar suas trajetórias e reescrever esse passado com o olhar de gênero. É preciso reparar o passado de injustiças, mesmo que tardiamente e fazer da memória uma ferramenta que ensine as outras gerações a construir um futuro sem repetir o passado escrito com sangue.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Patrícia Costa de. **Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí**. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45742>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução nº 162/1963. CPI destinada a apurar fatos ocorridos no Engenho da Pedra, Município de Água Preta, em Pernambuco, e ainda estudar as causas e implicações do fenômeno socioeconômico que deu origem ao aparecimento das ligas camponesas. **Diário do Congresso Nacional**: Seção I, Brasília, DF, supl., p. 93, 31 jan. 1963.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457. Acesso em: 29 abr. 2022.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo** – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CUNHA, Maria Margareth Costa. Menção honrosa. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: Iica, 2006. (Nead Especial). p. 23-33.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil 1964-1985**.São Paulo: Ícone, 1985.

DINIZ, Débora; GEBARA Ivone**. Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DREIFUSS, René. **1964**: a conquista doEstado: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1963. 204 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência Regional do Incra no Piauí. **Portaria Incra/SR-24/PI nº 67, de 7 de dezembro de 2005**. Cria o Projeto de Assentamento PA Antônia Flôr, no município de Piripiri, código Sipra PI0375000. Teresina, PI: Incra, 2005. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/retificacoes-236762054?inheritRedirect=true&redirect=%2Fconsulta%3Fq%3Dincra%26start%3D5%26delta%3D75%26publish%3Dpast-year. Acesso em: 6 jun. 2022.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. *In*: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata (org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA: Iica, 2006. (Nead Especial).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SCHWENDLER, Sonia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2. p. 203-221.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1995.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. As Ligas Camponesas e a violência no campo no Piauí (1963-1964). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, ano II, n. 3, jul.-dez. 2016. Disponível em: http://doi.org/10.5281/zenodo.1175391. Acesso em: 4 maio 2021.

**Jornal**

CRESCE no Piauí o movimento camponês. **Terra Livre**, São Paulo, ano XIII, n. 113, p. 3, ago. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=814261&pesq=pedregosos&pagfis=381. Acesso em: 4 maio 2021.

POSSEIRA é assassinada. **Jornal do Lavrador**, Comissão Pastoral da Terra, Teresina, n. 30, nov.-dez. 1984.

1. Agradeço as mulheres trabalhadoras rurais assentadas do PA Antônia Flor e as mulheres agricultoras familiares do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Piripiri/PI pelo acolhimento e contribuição, que permitiu a realização da pesquisa. [↑](#footnote-ref-1)
2. Instituição: Universidade de Brasília (UnB), patriciacostagp@mail.com. [↑](#footnote-ref-2)
3. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada em 23 de agosto de 1961, destinada a investigar o fenômeno das Ligas Camponesas que surgiam no país, sobretudo no Nordeste (BRASIL, 1963). [↑](#footnote-ref-3)
4. As Ligas Camponesas no Piauí são formadas em 1961 (CRESCE, 1962). [↑](#footnote-ref-4)
5. Segundo Dreifuss (1981), a intervenção militar dependeu do grau de manipulação e controle que os oficiais, das Forças Armadas, exerciam sobre os escalões inferiores e sua capacidade de manter uma unidade político-operacional quando em ação, pois passaram a procurar ativamente a formação de um Estado-Maior antipopulista. [↑](#footnote-ref-5)
6. Ver mais em INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2005. [↑](#footnote-ref-6)
7. Ver em (Anexo A) em ARAÚJO, Patrícia Costa de. Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45742. [↑](#footnote-ref-7)
8. Faleceu em 1974, de acordo com o registro fotográfico do túmulo de Antônio Flor (Anexo U) em ARAÚJO, Patrícia Costa de. Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45742. [↑](#footnote-ref-8)
9. A Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor foi criada pelos posseiros da Gleba Gameleira com o objetivo de organizar a comunidade e iniciar o processo de criação do Assentamento Antônia Flor. [↑](#footnote-ref-9)
10. Ver em (Anexo b) em ARAÚJO, Patrícia Costa de. Antônia Flor e resistências de mulheres camponesas na luta pela terra em Piripiri – Piauí. 2022. 219 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45742. [↑](#footnote-ref-10)
11. Até a data da pesquisa de campo, soubemos que ainda há duas filhas de Antônia Flor vivas, uma reside em Campo Maior (PI) e outra em Brasília (DF). Tentamos contato para uma possível entrevista, mas elas não aceitaram participar. A outra filha não foi possível localizar, em tempo hábil, para a pesquisa de campo. [↑](#footnote-ref-11)
12. As famílias do PA Antônia Flor ainda não possuíam o título da terra até a data das entrevistas, em janeiro de 2022. [↑](#footnote-ref-12)